

UMA AVALIAÇÃO DAS CONJUNÇÕES ADVERSATIVAS EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA MATERNA

Maria Eduarda de Araújo Freire ¹

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é apresentar análises realizadas em atividades gramaticais com o uso das conjunções adversativas, presentes em livros didáticos de Língua Portuguesa (LDP) utilizados em turmas do Ensino Fundamental da rede pública municipal. A pesquisa busca verificar se as atividades gramaticais concebem a língua de maneira integral ou fragmentada e se essas propostas didáticas dialogam com as práticas de leitura, escrita, oralidade e argumentação, especialmente no que tange ao desenvolvimento da coesão e coerência textual. Sob este viés, a pesquisa é de caráter qualitativo, com abordagem baseada em análise documental. Como aportes teóricos, destacam-se autores que discutem os usos da língua, as conjunções adversativas e o ensino de gramática, considerando a importância dessas estruturas na construção de argumentos e na organização do discurso. Os principais resultados indicam que as atividades gramaticais que envolvem o estudo das conjunções adversativas apresentam uma diversidade de gêneros textuais, o que pode contribuir para a ampliação da oralidade e da leitura. No entanto, constatou-se que a prática da escrita e da argumentação é pouco explorada, limitando-se, em grande parte, a exercícios estruturais e respostas objetivas. Essa limitação pode comprometer o desenvolvimento da capacidade dos alunos de empregar as conjunções adversativas em contextos argumentativos, dificultando a construção de textos coesos e coerentes. Assim, destaca-se a necessidade de propostas didáticas que incentivem o uso reflexivo dessas conjunções em práticas textuais mais abrangentes, promovendo um ensino da gramática mais contextualizado.

Palavras-chave: Língua materna, Texto, Conjunções adversativas, Livro didático.

1 INTRODUÇÃO

A reflexão sobre o ensino da gramática ocupa um lugar central nas discussões sobre o ensino de Língua Portuguesa nas últimas décadas. A despeito das mudanças nos documentos oficiais e nos paradigmas teóricos da linguística, ainda persiste, nas práticas escolares, uma concepção tradicional de gramática que a reduz a um conjunto de regras e classificações abstratas, frequentemente desconectadas das práticas discursivas reais. Essa visão, herdada de uma tradição normativa, tem como consequência o distanciamento entre o estudo da língua e sua função comunicativa, limitando a aprendizagem à reprodução de padrões e nomenclaturas (Possenti, 1996).

No entanto, as concepções contemporâneas de ensino da língua apontam para a

¹ Graduanda em Letras pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, eduardaafreire115@gmail.com.



necessidade de tratar a gramática como uma ferramenta de reflexão sobre o funcionamento da linguagem e seus efeitos de sentido. Como afirma Neves (1997), compreender a gramática é compreender o uso da língua em contexto, é reconhecer que os elementos linguísticos operam em articulação com intenções comunicativas, relações sociais e gêneros discursivos. Sob essa perspectiva, o ensino das conjunções adversativas ganha relevância, pois elas atuam como mecanismos de coesão que estabelecem relações de contraste e oposição entre ideias, desempenhando papel crucial na construção de argumentos e na coerência textual.

As conjunções adversativas, como *mas*, *porém*, *todavia*, *contudo*, *entretanto*, exercem funções que transcendem o nível puramente sintático. Elas são responsáveis por articular significados e marcar posicionamentos discursivos, funcionando como elementos estruturantes na argumentação. Assim, compreender o uso das conjunções não é apenas identificar suas classificações, mas perceber como produzem sentido e como contribuem para a organização do discurso (Castilho, 2019; Bechara, 2009).

Apesar de sua importância, observa-se que, em muitos livros didáticos, o estudo das conjunções adversativas ainda é tratado de forma limitada, circunscrito à identificação e memorização de regras. Esse tipo de abordagem fragmenta o ensino e reduz a gramática a um exercício mecânico, dissociado da produção e da interpretação de textos. Para superar esse impasse, é necessário que o ensino da gramática seja repensado em uma perspectiva funcional e discursiva, na qual o aluno seja levado a refletir sobre os efeitos de sentido gerados pelos recursos linguísticos que emprega (Perini, 2016).

Nesse contexto, o presente artigo propõe analisar o modo como dois livros didáticos apresentam as conjunções adversativas em suas atividades gramaticais. O objetivo é investigar se as propostas didáticas favorecem uma visão integral da língua, articulando a gramática às práticas de leitura, escrita e oralidade, ou se ainda prevalece uma abordagem fragmentada e descontextualizada.

A relevância deste estudo reside na possibilidade de contribuir para o debate sobre o ensino de gramática na escola, destacando a importância de uma abordagem que una reflexão linguística, prática discursiva e desenvolvimento da competência argumentativa. Ao analisar como os livros didáticos tratam o tema, pretende-se compreender em que medida eles caminham em direção a um ensino de língua alinhado



às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), que propõe a integração dos eixos da linguagem em uma perspectiva de uso e reflexão.

Em suma, o estudo parte da hipótese de que o ensino das conjunções adversativas ainda se encontra preso a uma visão estruturalista da língua, e que há necessidade de propostas que promovam um ensino mais reflexivo, contextualizado e coerente com as práticas comunicativas contemporâneas.

Diante dessa conjuntura, formula-se o seguinte problema de pesquisa: de que modo os livros didáticos de Língua Portuguesa abordam as conjunções adversativas e em que medida tais abordagens contribuem para a construção da coesão e da argumentação textual? Como objetivos específicos, busca-se: (a) identificar as concepções de língua e de gramática subjacentes às atividades que tratam das conjunções adversativas; (b) analisar como essas atividades articulam-se com os eixos de leitura, escrita e oralidade; e (c) avaliar se as propostas possibilitam o desenvolvimento da competência argumentativa dos alunos.

A justificativa desta pesquisa reside na necessidade de compreender como o ensino de gramática pode contribuir para uma aprendizagem significativa e crítica da língua materna. Em um contexto educacional que valoriza cada vez mais a reflexão e o uso social da linguagem, é imprescindível que os livros didáticos, principal recurso de mediação pedagógica nas escolas, apresentem abordagens coerentes com as orientações teóricas e metodológicas atuais. Assim, investigar a forma como tratam as conjunções adversativas permite revelar avanços e limitações nas práticas de ensino e propor caminhos para uma gramática voltada à formação discursiva.

Com base nessa perspectiva, parte-se da hipótese de que os livros didáticos, apesar de incorporarem elementos de contextualização, ainda mantêm traços de uma abordagem normativa e classificatória. Essa postura metodológica pode limitar o desenvolvimento da consciência linguística dos alunos e o uso funcional das conjunções na construção de sentidos e argumentos. Espera-se, contudo, encontrar indícios de transição para uma visão mais reflexiva, influenciada pelas discussões da linguística funcional e pelas diretrizes da BNCC (2018).

O artigo organiza-se em quatro seções, além desta introdução. Na Metodologia, descrevem-se os procedimentos adotados, o corpus e os critérios de análise. Em seguida, a seção de Resultados e Discussão apresenta a análise das atividades



gramaticais dos dois livros selecionados, buscando evidenciar suas concepções de língua e ensino. Na sequência, as Considerações Finais sintetizam as conclusões do estudo e apontam possíveis contribuições para o ensino da gramática. Por fim, são apresentadas as Referências, que fundamentam teoricamente a pesquisa e asseguram o diálogo com autores clássicos e contemporâneos da área.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Entendendo as conjunções adversativas na língua portuguesa

A compreensão das conjunções adversativas exige uma abordagem que ultrapasse o nível meramente morfosintático e avance em direção à construção de sentidos textuais e discursivos. Koch (2017), em *Ler e compreender: os sentidos do texto*, propõe que as conjunções sejam entendidas dentro do que denomina “encadeamento por conexão”, isto é, como parte de um sistema mais amplo de conectivos responsáveis pela articulação entre orações, períodos e segmentos discursivos. Para a autora, “contempla-se, aqui, não apenas as conjunções propriamente ditas (registradas em nossas gramáticas tradicionais), mas também locuções conjuntivas, prepositivas e adverbiais que têm por função interconectar enunciados” (Koch, 2017, p. 169). Essa visão amplia a noção de coesão, mostrando que os conectivos cumprem papel essencial na progressão textual e na organização dos sentidos.

Cereja e Magalhães (2002, p. 221) reforçam essa perspectiva ao afirmarem que “as conjunções são palavras que conectam orações e estabelecem relações entre elas, sendo um dos fatores responsáveis pela coerência e coesão de um texto”. Elas não se limitam, portanto, à junção de estruturas sintáticas, mas contribuem para o encadeamento lógico das ideias e para o efeito de continuidade discursiva.

No que se refere às conjunções adversativas, Rocha Lima (2012, p. 185) as define como elementos que “relacionam pensamentos contrastantes”, acrescentando que expressões como porém, todavia, contudo, entretanto e no entanto intensificam ou atenuam o contraste entre as proposições. Em termos discursivos, essas conjunções não apenas opõem ideias, mas também introduzem nuances argumentativas, podendo indicar concessão, ressalva ou contraposição parcial. Essa flexibilidade semântica revela



que o ensino das conjunções deve ir além da classificação tradicional, promovendo a compreensão de como elas operam na produção de sentido e na construção da argumentação.

A Análise Linguística (AL) surge como um campo teórico-metodológico que permite essa ampliação. Conforme Geraldi (1997) e Travaglia (2002), a AL propõe que o estudo da gramática seja articulado às práticas discursivas, considerando os contextos reais de uso da língua. O foco desloca-se, assim, das regras prescritivas para a reflexão sobre o funcionamento linguístico e os efeitos de sentido produzidos nas interações comunicativas. Nesse cenário, as conjunções adversativas assumem papel estratégico na produção de textos argumentativos, permitindo que o falante organize ideias e construa relações lógicas e persuasivas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) incorpora essa perspectiva ao posicionar a Análise Linguística/Semiótica como um dos eixos centrais do ensino de Língua Portuguesa. O documento enfatiza que a reflexão sobre os usos da língua deve estar integrada aos eixos de leitura, produção e oralidade, de modo a desenvolver a competência comunicativa e a consciência linguística dos alunos. Assim, ao abordar as conjunções adversativas, o ensino deve favorecer a compreensão de seu papel coesivo e argumentativo, levando o aluno a empregá-las conscientemente em diferentes gêneros discursivos.

2.2 O livro didático no ensino de gramática

O livro didático, como principal mediador entre o conhecimento linguístico e as práticas pedagógicas, reflete as concepções de língua e ensino que orientam o trabalho docente em cada período histórico. Para Soares (2002), ele constitui um “artefato cultural” que organiza conteúdos, práticas e modos de representação do saber escolar, atuando como uma espécie de guia da cultura linguística. Assim, ao analisar o tratamento das conjunções adversativas em livros didáticos, é possível identificar que concepção de língua – normativa, estrutural, funcional ou discursiva – está sendo privilegiada.

Possenti (1996) destaca que o ensino de gramática, quando baseado apenas na repetição e na memorização, reduz o aluno a um receptor passivo de regras e



desconsidera o caráter social e interativo da linguagem. Essa crítica se estende aos materiais didáticos que tratam a língua como um sistema fixo, desconectado das práticas discursivas. Por outro lado, livros que apresentam atividades contextualizadas e que promovem a reflexão sobre o uso linguístico contribuem para a formação de um sujeito crítico e produtor de sentidos.

Nessa direção, Leffa (2008) afirma que o livro didático organiza as experiências de aprendizagem e oferece o primeiro contato sistemático do aluno com a diversidade textual, funcionando como mediador entre a teoria linguística e a prática pedagógica. Assim, a qualidade do material influencia diretamente o modo como o aluno concebe a língua e desenvolve sua competência discursiva.

O livro didático, portanto, não deve limitar-se à função informativa, mas precisa propiciar uma aprendizagem significativa, em que o estudo das conjunções adversativas esteja articulado à leitura e à produção de textos. A presença de atividades que relacionem a gramática à argumentação, à coerência e à coesão revela avanços rumo a um ensino reflexivo e interdisciplinar. Por outro lado, a predominância de exercícios puramente classificatórios ainda evidencia resquícios de uma tradição estruturalista e normativa.

Nesse contexto, investigar tais obras permite observar como as propostas de ensino gramatical transitam entre essas duas tendências – a tradicional e a funcional – e em que medida incorporam as orientações da BNCC. Tal análise possibilita compreender os desafios e avanços na consolidação de uma gramática viva, voltada ao uso real da língua e à formação de leitores e produtores de textos críticos e autônomos.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa desenvolvida é de natureza qualitativa e descritiva, com base em uma análise documental de caráter interpretativo. Parte-se do pressuposto de que o estudo das atividades gramaticais presentes nos livros didáticos permite compreender as concepções de língua, gramática e ensino que orientam a prática pedagógica na escola. A abordagem qualitativa mostra-se adequada, pois busca compreender o fenômeno em sua complexidade, valorizando os significados e as relações construídas nos materiais analisados, em vez de quantificar ocorrências.



O corpus constitui-se de unidades didáticas extraídas de livros de Língua Portuguesa voltados ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, aprovados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Foram selecionadas as seções que abordam o conteúdo das conjunções adversativas, contemplando tanto explicações conceituais quanto atividades de aplicação prática. A escolha desse recorte justifica-se pela relevância do tema para o ensino da coesão e da argumentação textual, conforme discutido na fundamentação teórica.

O procedimento analítico adotado envolveu três etapas: (1) leitura exploratória dos capítulos selecionados, com o objetivo de mapear as atividades relacionadas às conjunções adversativas; (2) sistematização dos dados, por meio da organização das propostas em categorias analíticas previamente definidas; e (3) interpretação dos resultados, confrontando os achados com os pressupostos teóricos da linguística textual e da análise linguística.

Essa metodologia possibilita compreender de forma crítica como os livros didáticos tratam o ensino das conjunções adversativas e até que ponto contribuem para a formação de uma consciência linguística e argumentativa dos alunos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise das atividades gramaticais revelou um panorama heterogêneo quanto ao tratamento das conjunções adversativas nos livros didáticos de Língua Portuguesa. Em linhas gerais, observou-se que há um esforço por parte dos materiais em articular o estudo da gramática às práticas de leitura e escrita, ainda que essa integração nem sempre se efetive de maneira consistente. O discurso pedagógico que sustenta as propostas tende a valorizar a contextualização e o uso significativo da língua, mas, na prática, persistem traços de uma abordagem centrada na classificação e na memorização.

Em várias atividades, as conjunções adversativas são apresentadas como instrumentos de coesão, com explicações acessíveis e exemplos extraídos de gêneros textuais variados, o que indica uma tentativa de vincular o conteúdo ao uso real da língua. Contudo, percebe-se que, muitas vezes, a exploração do sentido adversativo



limita-se à identificação mecânica da conjunção, sem aprofundar sua função discursiva. Assim, o aluno tende a compreender mas, porém e contudo apenas como marcadores de oposição formal, e não como elementos capazes de construir nuances argumentativas ou relações de concessão.

Outro ponto recorrente diz respeito à ausência de reflexão metalinguística nas atividades. Embora algumas propostas incentivem a leitura de textos completos, raramente se solicita ao aluno que observe os efeitos de sentido provocados pelo uso das conjunções ou que compare construções alternativas. Tal lacuna indica que o ensino ainda opera sob uma lógica de aplicação de regras, em detrimento da análise interpretativa e da produção de significados.

Por outro lado, há sinais de transição para uma abordagem mais reflexiva. Algumas seções dos livros analisados incluem exercícios que pedem ao aluno para reescrever frases, modificar conectivos ou justificar escolhas linguísticas. Esses momentos, embora pontuais, representam avanços importantes no sentido de consolidar uma gramática de uso, orientada para a argumentação e a construção de sentidos, em consonância com as diretrizes da BNCC (2018).

De modo geral, o que se observa é um movimento de coexistência entre duas tendências: a tradicional, ainda fortemente marcada pelo ensino classificatório e pelo foco nas regras, e a funcional-discursiva, que busca integrar gramática e texto sob uma perspectiva comunicativa. Essa tensão é reveladora de um processo de transformação pedagógica em curso, nem plenamente consolidado, mas já perceptível na tentativa de promover a reflexão linguística e o uso consciente dos recursos coesivos.

A análise permite, portanto, inferir que o ensino das conjunções adversativas nos livros didáticos avança em direção a uma maior integração com o discurso, mas ainda carece de práticas mais sistemáticas que incentivem a observação crítica, a experimentação linguística e a autonomia interpretativa. O desafio que se impõe é transformar o estudo das conjunções em um espaço de reflexão sobre os efeitos de sentido e sobre as escolhas linguísticas que estruturam a argumentação – ultrapassando, assim, o domínio da forma para alcançar o da função comunicativa.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada permitiu compreender que o ensino das conjunções adversativas nos livros didáticos de Língua Portuguesa encontra-se em um momento de transição entre o paradigma tradicional e o funcional-discursivo. Embora haja esforços visíveis em aproximar a gramática do uso efetivo da língua, ainda se percebe a predominância de abordagens pautadas na classificação e na repetição de regras, com pouca exploração dos aspectos semântico-discursivos que essas conjunções podem assumir.

Constatou-se que muitos materiais buscam integrar o estudo gramatical às práticas de leitura e escrita, mas nem sempre essa integração se concretiza em atividades que promovam a reflexão e a construção autônoma de sentido. Em geral, as conjunções adversativas são apresentadas como elementos de coesão, sem que se explore plenamente seu potencial argumentativo. No entanto, observam-se iniciativas pontuais que estimulam o aluno a refletir sobre as relações de sentido, a reescrever enunciados e a justificar escolhas linguísticas, o que indica avanços rumo a um ensino mais reflexivo e contextualizado.

Dessa forma, defende-se que o ensino da gramática, especialmente no tocante às conjunções adversativas, deve ser compreendido como um processo de construção de sentidos e não apenas de transmissão de nomenclaturas. É preciso investir em práticas pedagógicas que incentivem a análise, a comparação e a experimentação linguística, de modo que o aluno perceba a língua como um sistema vivo e dinâmico, capaz de expressar intenções, relações e posicionamentos discursivos.

Por fim, este estudo reforça a importância de revisitar continuamente os materiais didáticos, a fim de garantir que suas propostas estejam alinhadas às orientações da BNCC (2018) e às perspectivas contemporâneas de ensino de língua, pautadas na reflexão, no uso e na diversidade textual. Cabe ao professor atuar como mediador desse processo, promovendo a passagem do ensino descritivo para um ensino interpretativo e crítico, que forme sujeitos conscientes de suas escolhas linguísticas e discursivas.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil e Ensino Fundamental e Médio. Brasília: MEC, 2018.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português**: Linguagens. São Paulo: Atual, 2002.

GERALDI, João Wanderley. **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1997.

KOCH, Ingedore Villaça. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

LEFFA, Vilson José. **O livro didático de língua estrangeira**: o professor entre o texto e o leitor. Pelotas: EDUCAT, 2008.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

